

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

DINÂMICA E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO
HORIZONTE - 1960/2000

André Junqueira Caetano (PUC Minas)

José Irineu Rigotti (PUC Minas)

DINÂMICA E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - 1960/2000

RESUMO

Este artigo discute o crescimento demográfico da RMBH entre 1960 e 2000, com ênfase no período 1991-2000, contextualizando o papel da fecundidade e da migração. Neste sentido, destacamos o declínio da fecundidade e a continuada, porém modificada, importância da migração. Analisamos mais detidamente o papel da migração intrametropolitana como determinante do crescimento diferencial entre o pólo e os demais municípios da RMBH. A análise destes últimos é feita a partir dos dados censitários sobre município de residência cinco anos antes da data de referência dos censos demográficos de 1991 e 2000 e município de residência na data de referência dos mesmos para os municípios da RMBH agrupados segundo o grau de integração à dinâmica metropolitana.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica populacional da RMBH no contexto das transformações demográficas ocorridas no país a partir de 1960. Com esta meta em mente, abordamos especificamente o crescimento populacional como resultado do jogo de combinações entre os componentes da dinâmica demográfica, enfatizando a fecundidade e, sobretudo, a migração durante os períodos 1986-1991 e 1995-2000.

As variações de tamanho de qualquer população entre dois pontos no tempo dependem das entradas por nascimento e imigração e saídas por óbito e emigração. Em uma população fechada à migração, isto é, aquela na qual o papel desta é nulo ou negligenciável, a taxa de crescimento, denominado natural ou vegetativo, é dada pela diferença entre taxas brutas de natalidade e mortalidade. Em populações cujos volumes de imigrantes e emigrantes não são nulos ou insignificantes, ao crescimento vegetativo é incorporado o crescimento migratório resultante do saldo entre imigrantes e emigrantes, ou seja, o saldo migratório, ou, em forma de taxa, a taxa líquida de migração. Ressalte-se que em uma população aberta, o volume de imigrantes e emigrantes pode ser o mesmo em um determinado período, o que resultaria em saldo migratório igual a zero e a uma contribuição nula da migração para o crescimento desta população. Neste caso, no entanto, o número de imigrantes e emigrantes não é negligenciável e os efeitos da migração podem se fazer notar na estrutura etária ou por sexo da população em questão.

As tendências da fecundidade, mortalidade e migração são influenciadas por processos econômicos, sociais, culturais e políticos tanto internos quanto externos às fronteiras do território em que vive uma determinada população. Como visto, o comportamento destes três elementos combinados reflete-se nas taxas de crescimento populacional, assim como na estrutura etária da população. O crescimento das principais regiões metropolitanas brasileiras entre 1950 e 1970, por exemplo, foi, em larga medida, determinado pela diferença entre uma mortalidade decrescente e altas taxas de fecundidade que o país experimentava e, sobretudo, por um intenso fluxo migratório rural-urbano.

De fato, entre 1960 e 1970, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) cresceu a uma taxa de 6,3% ao ano - um crescimento que virtualmente dobrou a sua população nos anos 1960. Este incremento vertiginoso arrefeceu nas décadas seguintes, conseqüência de mudanças importantes na dinâmica demográfica. Por um lado, a fecundidade brasileira declinou acentuadamente a partir de 1970, primeiramente e,

sobretudo, em suas principais áreas urbanas. Por outro lado, o papel dos fluxos migratórios rural-urbanos declinou, ao passo que os movimentos de origem e destino urbanos tornaram-se cada vez mais importantes.

No caso destes fluxos, deve-se levar em conta não somente aqueles com destino ou origem externos à RMBH, mas também os movimentos migratórios intrametropolitanos, que, como no caso de outras regiões metropolitanas brasileiras (CUNHA, 2003), passaram a ser cada vez mais importantes na distribuição espacial da população da RMBH em períodos mais recentes. Neste aspecto, é importante lembrar que até 1960 o município de Belo Horizonte capitaneou o crescimento da região metropolitana. A partir de então, são os municípios metropolitanos ao redor da capital que vão comandar este crescimento, principalmente devido aos seus altos saldos migratórios, tanto intra como extrametropolitanos.

Este artigo discute o crescimento demográfico da RMBH entre 1960 e 2000, com ênfase no período 1991-2000, contextualizando o papel da fecundidade e da migração. Neste sentido, destacamos o declínio da fecundidade e a continuada, porém modificada, importância da migração. Nesta perspectiva, analisamos mais detidamente o papel da migração intrametropolitana como determinante do crescimento diferencial entre o pólo e os demais municípios da RMBH. A análise destes últimos é feita para os municípios agrupados segundo o grau de integração à dinâmica metropolitana.¹

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Como adiantado acima, o crescimento demográfico de uma população fechada à migração é determinado pela diferença entre as taxas vitais de natalidade e mortalidade. Claramente, quanto maior a primeira e menor a segunda, maior o crescimento populacional. Entre as décadas de 1940 e 1970, o Brasil é considerado como uma população fechada no sentido de que a migração internacional tinha, na prática, influência desprezível sobre o crescimento, tamanho e estrutura etária da população brasileira (CARVALHO e CAMPOS, 2006). Este foi um período no qual as taxas de mortalidade decresceram sobremaneira, ao passo que a fecundidade permaneceu alta. Esta diferença foi determinante na dinâmica demográfica do país nestes trinta anos.

De fato, entre as décadas de 1940 e de 1960, houve um declínio significativo da mortalidade no país – a esperança de vida ao nascer teve um acréscimo de cerca de 10 anos, passando de 44,9 em 1940 para 55,2 anos em 1970 (SIMÕES, 2002). Neste

período, a fecundidade brasileira permaneceu estável, com uma TFT em torno de 6 filhos por mulher. O resultado foi a aceleração do ritmo de crescimento da população, chegando a 3% ao ano na década de 1950 e 2,9% nos anos 1960. Ressalte-se, como ilustração da magnitude de um crescimento neste ritmo, que a população do país duplicaria em 22 anos se fossem mantidas as taxas dos anos 1950 e em 25 anos, no caso das taxas do decênio seguinte.

Se o crescimento da população brasileira neste período pode ser considerado alto, o ritmo do incremento da população urbana foi ainda mais marcante. Entre 1950 e 1960 o crescimento da população urbana brasileira deu-se a uma taxa de 5,5% ao ano, mais do que o triplo da taxa de crescimento da população rural (Tabela 1). O tempo de duplicação, neste caso, seria de apenas 13 anos. A diferença entre esta taxa e a taxa de crescimento do país como um todo já indicava um papel substancial da migração rural-urbana na distribuição espacial da população. O ritmo acelerado de crescimento urbano dos anos 1950 prosseguiu na década de 1960, ainda que em um nível ligeiramente inferior. Neste período, a população urbana cresceu a uma taxa anual dez vezes superior à taxa de crescimento rural. Refletindo a participação expressiva da migração no crescimento da população urbana, o Censo Demográfico de 1970 vai mostrar que, pela primeira vez, esta era superior à população rural.

TABELA 1: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (%), BRASIL, BRASIL URBANO, RMBH, BELO HORIZONTE E DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMBH – 1950/2000.

Unidade	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-00
Brasil	3,0	2,9	2,6	1,9	1,6
Brasil Urbano	5,5	5,0	4,4	3,0	2,4
RMBH	5,9	6,3	4,5	2,5	2,4
Belo Horizonte	7,0	5,9	3,7	1,2	1,1
Demais municípios RMBH	3,4	7,4	6,3	4,8	3,9

Fontes: Brito 2004, para as décadas de 1950 e 1960; IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 para as demais décadas.

De fato, se em 1960, a população urbana representava 45% do total, em 1970 este percentual atingiu 56%. Dos cerca de 52 milhões de habitantes em domicílios urbanos em 1970, um terço residia em municípios com 500.000 ou mais habitantes, participação relativa que se manterá estável nas décadas seguintes. A categoria de municípios com população entre 100.000 e 500.000, por sua vez, aumentou sua participação na população urbana do país de 19,6% em 1970 para 26,1% em 2000. Em outras palavras, já em 1970 os municípios com 100.000 e mais habitantes concentravam

mais da metade da população urbana brasileira, perfazendo quase 28 milhões de pessoas, ou 30% da população brasileira, naquele ano. Destas, 4,8% residiam nos municípios de Belo Horizonte e Contagem.²

O crescimento da RMBH entre 1950 e 1970 também foi vigoroso. Nestas duas décadas, a população mais que triplicou, passando de cerca de 523.000 habitantes em 1950 para cerca de 1.720.000 em 1970, com um grau de urbanização de 90% neste último ano. Decompondo o crescimento entre pólo e demais municípios, a taxa de crescimento anual de Belo Horizonte nos anos 1950 foi 7%, contra 3,4% do conjunto dos demais municípios, resultando em um crescimento da RMBH de 5,9% ao ano. Estes números denotam um crescimento superior ao do Brasil urbano como um todo e o papel preponderante de Belo Horizonte na expansão demográfica da RMBH. Ainda que a diferença entre fecundidade e mortalidade fosse alta no período, taxas de incremento desta magnitude, como visto, indicam que a imigração para a RMBH intensificou o ritmo de crescimento de sua população.

O papel da migração vai se tornar ainda mais proeminente no decênio seguinte, porém com uma inversão dos papéis do núcleo e dos demais municípios no protagonismo do crescimento populacional da região metropolitana. Se, por um lado, as taxas anuais da RMBH entre 1960 e 1970 eram superiores às do Brasil urbano em 19%, implicando em um período de duplicação de 11 anos, por outro, a composição desta taxa mostrava que o comando do crescimento demográfico passava a não ser – e não mais seria – atributo do município pólo. De fato, enquanto este município experimentou um incremento de 5,9% ao ano, os demais municípios da RMBH, no seu conjunto, cresceram a uma taxa de 7,4%, o que corresponde a um tempo de duplicação de apenas 9,5 anos.

Nota-se, por estes indicadores, que a RMBH configurou-se, neste período, como um importante destino de imigrantes. Destes, 85% eram naturais de uma área urbana do próprio estado de Minas Gerais, 5% nasceram em localidades rurais e apenas 10% eram naturais de outros estados. Certamente, entre estes migrantes estavam incluídos aqueles que, apesar de terem nascido em Minas Gerais, podiam ter feito um movimento interestadual anteriormente. Mas a existência de informação da última etapa migratória municipal no Censo Demográfico de 1980 revelou que, na década de 1970, 81% dos imigrantes da RMBH eram procedentes do interior de Minas – 75% e 89% na capital e entorno, respectivamente (RIGOTTI e RODRIGUES, 1994).

A partir de 1970, as taxas de crescimento populacional brasileiras, que se mantiveram relativamente estáveis nas décadas de 1950 e 1960, iniciam uma tendência continuada de queda. Esta tendência foi determinada em larga medida pelo declínio acentuado da fecundidade e, em menor escala, por saldos migratórios com o resto do mundo negativos nas décadas de 1980 e 1990 (CARVALHO e CAMPOS, 2006). É verdade que a mortalidade brasileira seguiu em declínio. Este, porém, assumiu um ritmo mais lento a partir de 1980, influenciando pouco nas variações das taxas de incremento populacional. De fato, a esperança de vida ao nascer para ambos os sexos passou de 62 anos em 1980 para 68,5 anos em 2000 (SIMÕES 2002). Horta et al. (2006) estimam e_0^0 para a RMBH em 57,5 anos para homens e 65 anos para mulheres em 1980. Para 1999, estes autores chegaram a uma e_0^0 de 66 anos para homens e 74 para mulheres, o que situa a Esperança de Vida ao Nascer da RMBH dentro dos níveis observados para o país em 2000. Neste nível de mortalidade, a fecundidade de reposição, isto é, aquela que produz, no longo prazo, o crescimento nulo de uma população fechada à migração, situa-se em 2,1 filhos por mulher. Abaixo deste nível, o crescimento demográfico torna-se negativo no longo prazo.

Se em 1960 a TFT brasileira situava-se em 6,3 filhos por mulher, o indicador de 1970, 5,8, indicava o início do declínio. Em 1980 a TFT passou para 4,3, caindo para 2,8 em 1991 e para 2,3 em 2000 (www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/fecundidade.html#anc1). A TFT do país em 2004, calculada a partir dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), já se situava no nível de reposição (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2006). Este número médio esconde variações importantes, pois é fato que em 2000 várias áreas do país já se encontravam em um regime de fecundidade abaixo da reposição e esta tendência de queda teve continuidade nos anos posteriores (RIOS NETO, 2000; CAMARGO e YAZAKI, 2002).

Na ausência de migração líquida positiva, Taxas de Fecundidade Total abaixo do nível de reposição assinalam o crescimento populacional decrescente – e potencialmente negativo no futuro próximo. Como pode ser observado na Tabela 1, isto é patente para o país, que apresentou taxa de crescimento anual no período 1991-00 45% inferior à taxa da década de 1960. A taxa de crescimento anual da população urbana no período 1991-00, por sua vez, foi 58% inferior ao do decênio de 1960. Note-se, porém, que o crescimento do Brasil urbano entre 1991 e 2000 foi 37% superior ao do país como um

todo no mesmo período, denotando a continuidade da influência da migração rural-urbana e dos diferenciais de fecundidade sobre a distribuição espacial da população brasileira, revelada em taxas negativas de crescimento rural e taxas de crescimento urbano acima da média nacional.

Retornando à RMBH, se o país chegou à fecundidade de reposição em 2004, a TFT do município de Belo Horizonte estava abaixo deste nível já no início da década de 1990. Os números são 1,95 filho por mulher em 1991 e 1,65 em 2000, ou seja, um declínio de 15% entre um ano e outro. Assim como em 1991, em 2000 Belo Horizonte apresentava a menor TFT da RMBH. Naquele ano, o município com a maior TFT era Nova União - 3 filhos por mulher. À guisa de comparação, em 1991 havia treze municípios com TFT entre 3 e 3,5 filhos por mulher (Quadro 1).

Com relação a este componente, dois aspectos sobre a região metropolitana merecem destaque. Em primeiro lugar, os níveis de fecundidade já se encontravam em um patamar bastante baixo em 2000. Incluindo o município pólo, o equivalente a 67% da população da região metropolitana residia em municípios com regime de fecundidade de reposição ou abaixo desta. Em segundo lugar, o declínio médio, em termos percentuais, da fecundidade por grupo de municípios segundo o grau de integração, entre 1991 e 2000, foi relativamente homogêneo em seu conjunto e próximo do que ocorreu no Brasil e em Belo Horizonte, o único município da RMBH sem nenhum habitante em situação de residência rural em 2000.

QUADRO 1: NÍVEIS DE FECUNDIDADE DOS MUNICÍPIOS DA RMBH, POR GRAU DE INTEGRAÇÃO

Grau de Integração	Municípios com menor TFT*	Municípios com maior TFT*	Declínio percentual médio do grupo de municípios por grau de integração em relação a 1991
Muita alta	Contagem (2,0)	Ribeirão das Neves (2,7)	15%
Alta	Confins (2,1)	Esmeraldas, Mário Campos, Sarzedo (2,7)	10%
Média	Nova Lima, Raposos (2,0) Pedro Leopoldo (2,1)	Caeté (2,9)	14%
Baixa	Brumadinho (1,8)	Itatiaiuçu (2,6)	19%
Muito baixa	Baldim (2,3)	Nova União (3,0)	12%

*TFT extraídas do Atlas de Desenvolvimento Humano (www.pnud.org.br/atlas).

Se o declínio da fecundidade observado a partir de 1970 é um determinante da tendência geral de queda das taxas de crescimento populacional no país, esta tendência pode ser contrabalançada ou intensificada pela migração. Como visto acima, a partir de

1970, a população da RMBH cresceu a taxas bastante próximas das taxas do Brasil urbano e desde a década de 1960 o crescimento da região metropolitana não era mais capitaneado pelo seu município pólo. Belo Horizonte, em verdade, cresceu a taxas bastante inferiores às do Brasil urbano e da RMBH como um todo (Tabela 2). De fato, na década de 1970, a taxa de crescimento anual de Belo Horizonte era 41% inferior à dos demais municípios da RMBH em seu conjunto. Nos períodos seguintes, esta diferença subiu para 75% no período 1980-91 e caiu levemente para 72% no período 1991-00. Cabe observar que esta diminuição de três pontos percentuais na diferença das taxas de crescimento entre Belo Horizonte e demais municípios da RMBH reflete uma queda proporcionalmente maior no ritmo de crescimento dos demais municípios da RMBH (-19%) em relação à diminuição observada para Belo Horizonte (-8%).

TABELA 2: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (%),RMBH, BELO HORIZONTE E DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMBH SEGUNDO O GRAU DE INTEGRAÇÃO – 1950/2000

Unidade	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-00
RMBH	5,9	6,3	4,5	2,5	2,4
Belo Horizonte	7,0	5,9	3,7	1,2	1,1
Demais municípios RMBH	3,4	7,4	6,3	4,8	3,9
Muita Alta	-	-	10,1	6,0	4,2
Alta	-	-	3,1	3,2	4,7
Média	-	-	3,3	2,8	2,9
Baixa	-	-	1,0	1,7	2,6
Muito baixa	-	-	-0,9	0,7	0,6

Fontes: Brito 2004, para as décadas de 1950 e 1960; IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 para as demais décadas.

Como seria de se esperar, o crescimento populacional dos demais municípios da RMBH não foi homogêneo. As taxas de crescimento dos municípios por grau de integração revelam alguns padrões que merecem ser explicitados. Em primeiro lugar, os municípios com grau de integração muito baixo apresentaram um crescimento bastante pequeno ao longo dos trinta anos em questão. Trata-se de municípios com quase metade da população com situação de domicílio rural em 2000. Os municípios do grupo de baixa integração tiveram um incremento importante no ritmo de crescimento de sua população devido ao crescimento dos municípios de Mateus Leme nas três décadas, Rio Acima no período 1980-91 e Brumadinho no período 1991-00. Entretanto, a população dos cinco municípios nesta categoria representava apenas 1,8% da população da RMBH em 2000 (Tabela 3).

Os municípios de grau médio de integração, por sua vez, apresentaram, no seu conjunto, taxas de crescimento altas, porém, relativamente estáveis. Seus dois maiores municípios, Nova Lima e Pedro Leopoldo, cresceram na média do grupo – o segundo –, e abaixo disto – o primeiro (2,3% ao ano) – no período 1991-2000. Se Lagoa Santa, terceiro município em população do grupo, cresceu 4% ao ano, Caeté – quarto município em população – cresceu 1% ao ano. Ressalte-se que a população dos dez municípios deste grupo constituía 7,3% e 7% da população da RMBH em 1970 e 2000, respectivamente.

Do total da população dos seis municípios de alta integração em 2000, 55% eram residentes de Sabará e 22,5% residiam em Esmeraldas. Enquanto Sabará cresceu 2,8% ao ano, tanto Esmeraldas quanto o conjunto dos outros quatro municípios deste grupo cresceram a uma taxa anual de 7,6%. Vê-se, na Tabela 2, que esta foi a maior taxa de crescimento no período 1991-2000 dentre os grupos de municípios, superando inclusive a taxa do conjunto de municípios de muito alta integração. Certamente, este crescimento demográfico esteve por trás do aumento de quase um ponto percentual na participação da população deste grupo em relação à população total da RMBH, que, ainda assim, era de apenas 4,8% em 2000.

TABELA 3: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DA POPULAÇÃO DA RMBH E GRAU DE URBANIZAÇÃO SEGUNDO O GRAU DE INTEGRAÇÃO– 1970/2000

Grupos de municípios por grau de integração	1970		1980		1991		2000	
	%	Grau de Urbaniz.	%	Grau de Urbaniz.	%	Grau de Urbaniz.	%	Grau de Urbaniz.
Município polo	71,6	99,5	66,4	99,7	57,3	99,7	51,4	100,0
Muito alto	12,0	75,8	20,2	93,6	29,2	91,3	34,1	98,8
Alto	4,2	51,7	3,7	76,0	3,9	75,3	4,8	88,3
Médio	7,3	74,9	6,5	78,9	6,7	84,0	7,0	90,2
Baixo	2,7	43,4	1,9	54,6	1,8	66,3	1,8	75,7
Muito baixo	2,3	24,7	1,3	33,5	1,1	42,5	0,9	52,4
RMBH	100,0	89,6	100,0	94,5	100,0	94,0	100,0	97,5

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

A respeito do peso proporcional da população, em relação à população da RMBH, dos grupos de municípios analisados acima, é importante chamar a atenção para o fato de que a participação deles em 1970 foi superior à de 2000. De fato, em 1970 estes municípios detinham 16,4% da população da região metropolitana. Em 2000, constituía 14,5%. Por outro lado, apenas o grupo de municípios de integração muito alta, nas três décadas em questão, e o grupo de alta integração, no período 1991-2000,

apresentaram taxas de crescimento superiores à da RMBH como um todo. Vê-se, pelos indicadores de crescimento e peso proporcional na população da RMBH, que o jogo pesado do crescimento demográfico no período analisado foi, de fato, jogado, para baixo, pelo município pólo e, para cima, pelo grupo de alta integração. Com exceção de Vespasiano, os outros cinco municípios deste grupo tinham mais de 100.000 mil habitantes em 2000, e o único município, além de Belo Horizonte, que estava nesta categoria em 1970 - Contagem.

Ainda que o crescimento demográfico deste grupo tenha amainado no período 1991-2000 em relação às taxas da década de 1970, que dobrou a população em apenas 7 anos, o crescimento observado no período 1991-2000 pode ser adjetivado de explosivo. Realmente, se Contagem sofreu incrementos de 2% ao ano, Ibirité, Ribeirão das Neves, Betim e Vespasiano cresceram a taxas superiores a 5% ao ano. Nota-se que, como consequência deste crescimento, a diminuição da participação relativa do município pólo na população total da RMBH no decorrer destes trinta anos deveu-se exclusivamente ao aumento do peso proporcional da população destes seis municípios.

Diante destes indicadores, fica evidente que a migração tem um papel de relevo no crescimento diferenciado dos grupos de municípios da RMBH, em particular no crescimento do pólo metropolitano e dos municípios do grupo de alta integração. Matos et al. (2005) estimaram o saldo migratório entre Belo Horizonte e os demais municípios da RMBH em -119.005 no quinquênio 1975-80 e -114.469 no quinquênio 1995-2000. Os principais destinos dos emigrantes de Belo Horizonte foram, em ambos os quinquênios, Contagem, Ribeirão das Neves, Betim, Ibirité, Santa Luzia e Vespasiano, precisamente os seis municípios que compõem o grupo de alta integração. Há que se considerar também os saldos migratórios destes municípios e de Belo Horizonte com o resto do estado de Minas Gerais e com o Brasil para se ter o quadro mais completo da migração no crescimento populacional diferenciado da RMBH. Os aspectos da migração intrametropolitana e extrametropolitana são explorados na seção seguinte.

MIGRAÇÃO

Do ponto de vista da redistribuição espacial da população brasileira, os anos 1990 foram marcados pelo reforço do papel das cidades de porte médio. De fato, a participação da população residente em municípios com população entre 100 a 500 mil foi aquela que mais cresceu entre 1991 e 2000. Entretanto, a importância das regiões

metropolitanas e, especialmente, de suas capitais não deve ser negligenciada. A contribuição desses centros urbanos no total da população brasileira manteve-se praticamente inalterada. Um quarto dos residentes vivia nestas localidades em 2000, mesma proporção do início dos anos 1990. Por outro lado, uma das características marcantes da intensificação dos fluxos do interior do Brasil para os grandes centros urbanos foi o veloz crescimento demográfico do entorno das regiões metropolitanas. O município de Ribeirão das Neves, por exemplo, cresceu 21% ao ano na década de 1970, quando o saldo migratório contribuiu com 83% do crescimento municipal (RIGOTTI e RODRIGUES, 1994).

A estruturação dos fluxos migratórios com origem ou destino na RMBH evidencia a grande extensão destes movimentos na medida em que articulam esta área com todas as unidades da federação. Analisando os períodos 1986-1991 e 1995-2000, para os quais há dados censitários sobre migração disponíveis e compatíveis,³ observam-se os fluxos mais volumosos são os de menor distância.⁴ No caso da imigração para a RMBH no período 1986-1991, o destaque é São Paulo, centro absorvedor de população de praticamente todo o Brasil e, especialmente, de Minas Gerais.

Rigotti (1999) procurou demonstrar o papel do estado de São Paulo na configuração da distribuição espacial da população de Minas Gerais analisando os saldos migratórios. Neste aspecto, chamou a atenção o fato de que, apesar do estado de Minas Gerais ter apresentado um saldo negativo com São Paulo, no período 1986-1991, de pouco mais de noventa mil pessoas, a participação da RMBH foi bem modesta, pois a perda populacional não ultrapassou quatro mil pessoas. Além disso, isso se deve ao interior de São Paulo, que experimentou ganhos líquidos de 5.846 migrantes. Ao contrário, nas trocas populacionais entre regiões metropolitanas dos dois estados, a RMBH teve um ganho líquido de duas mil pessoas.

Coerentemente com os fatores proximidade geográfica e volume populacional, destacam-se, também, os fluxos procedentes dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Distrito Federal. Embora fossem ainda perceptíveis os fluxos com regiões do Centro-Oeste, como Mato Grosso e Goiás, e com áreas distantes do Norte do País, principalmente Rondônia e Pará, deve-se lembrar que os anos 1980 experimentaram notório arrefecimento para as antigas áreas de fronteira agrícola-mineral (MARTINE e DINIZ, 1991). Com relação à emigração com origem na RMBH,

no período 1986-1991, observa-se o mesmo padrão no qual São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Distrito Federal são as principais áreas de destino.

A estrutura espacial dos fluxos populacionais entre os municípios da RMBH e as unidades da federação sofreu poucas alterações no período 1995-2000, em comparação a 1986-1991. Novidade, apenas o fato de que Goiás passou a se figurar entre os estados que mais enviaram imigrantes para a RMBH. Pelo lado das saídas com origem na RMBH, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo continuaram constituindo-se como os destinos preferenciais de emigrantes da RMBH, mas o Distrito Federal saiu desta lista.

Apesar da importância dos fluxos populacionais entre a RMBH e as unidades da federação, a maior parte de seu intercâmbio migratório se dá com o interior de Minas Gerais. Segundo Rigotti e Vasconcellos (2003), “de um total de 224.335 imigrantes que chegaram na RMBH entre 1986 e 1991, a grande maioria, isto é, 156.697 eram procedentes de algum município de Minas Gerais. Isto mostra que a região metropolitana continuou atraindo pessoas, predominantemente, do próprio estado” (p.62). Entre 1995 e 2000, o número de imigrantes para a RMBH foi de 240 mil indivíduos, um total pouco superior ao observado no período anterior. Deste total, 68% era proveniente de municípios mineiros, participação relativa que pouco se alterou em relação a 1991, quando 70% dos imigrantes para a RMBH eram oriundos dos demais municípios do estado (op. cit., 2003).

Nos dois períodos, quase todos os municípios não-metropolitanos de Minas Gerais tiveram emigrantes para a RMBH (Figura 1). O destaque fica por conta das localidades mais populosas, especialmente as cidades de porte demográfico intermediário, como Montes Claros, ao norte, Governador Valadares, ao leste, Juiz de Fora, no sudeste, e Varginha, no sul do estado. De maneira mais geral, observa-se que há uma concentração desses fluxos na porção norte e leste do estado de Minas Gerais.

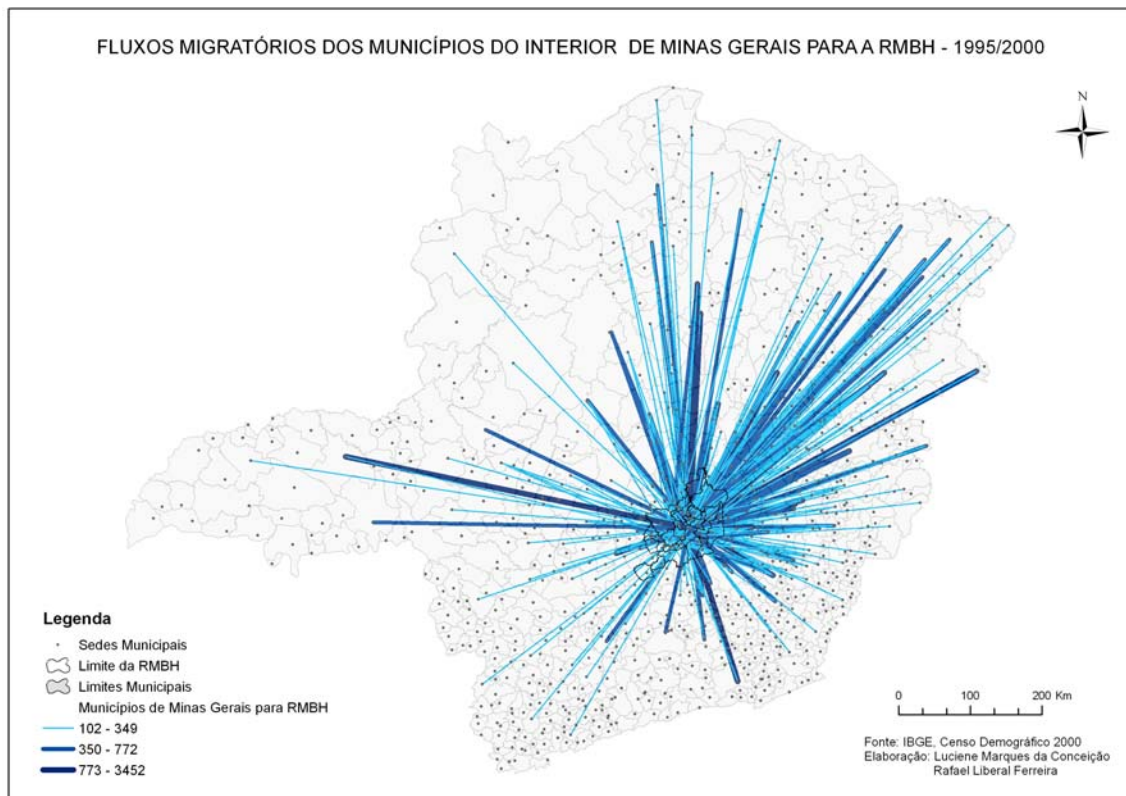


Figura 1: Fluxos Migratórios dos Municípios do Interior de Minas Gerais para a RMBH – 1995/2000

Com relação à emigração com origem na RMBH (Figura 2), cerca de 127 mil pessoas deixaram-na no período 1986-1991. Destes, 57% se dirigiram para algum município do próprio estado de Minas Gerais. Por outro lado, em relação a 2000, 140 mil indivíduos que residiam na RMBH em 1995 deixaram a RMBH. Deste total, 62% migraram para o interior do estado. Portanto, houve um aumento, tanto em termos absolutos quanto relativos, no que se refere ao volume dos fluxos com origem na RMBH. Neste aspecto, os centros regionais também são os lugares preferenciais dos emigrantes, destacando-se Montes Claros, Uberlândia, Juiz de Fora e Governador Valadares. Entre estes grandes eixos, situa-se um imenso leque de fluxos populacionais, mostrando o forte papel exercido pela RMBH na redistribuição do espaço demográfico mineiro. No caso da emigração, o leque de movimentos não está tão concentrado no norte e leste, como no caso da imigração.

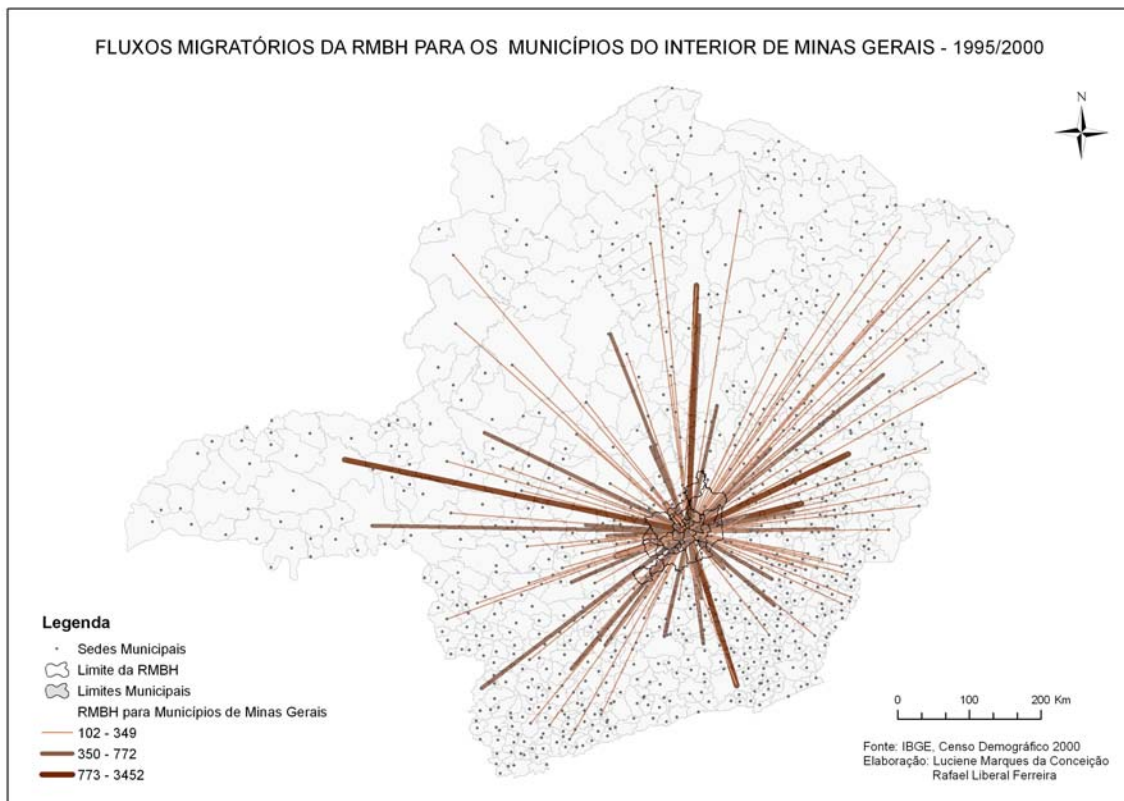


Figura 2: Fluxos Migratórios da RMBH para os Municípios do Interior de Minas Gerais – 1995/2000

No entanto, observa-se espaços pouco densos no território mineiro no que diz respeito ao envio e recebimento de migrantes, evidenciando a fraca articulação entre algumas regiões do estado e a RMBH. Na verdade, não se trata de vazios, mas de fluxos de menor porte, como mostra a Figura 3. Percebe-se que, na verdade, a quase totalidade dos municípios mineiros se articula, em alguma medida, com a RMBH. É possível observar, por intermédio da coloração mais amarelada, que o território da RMBH constitui-se em um centro de gravidade demográfica, com forte influência sobre os municípios não-metropolitanos mais próximos. Na medida em que a distância entre a RMBH e o município aumenta, esta influência tende a declinar.

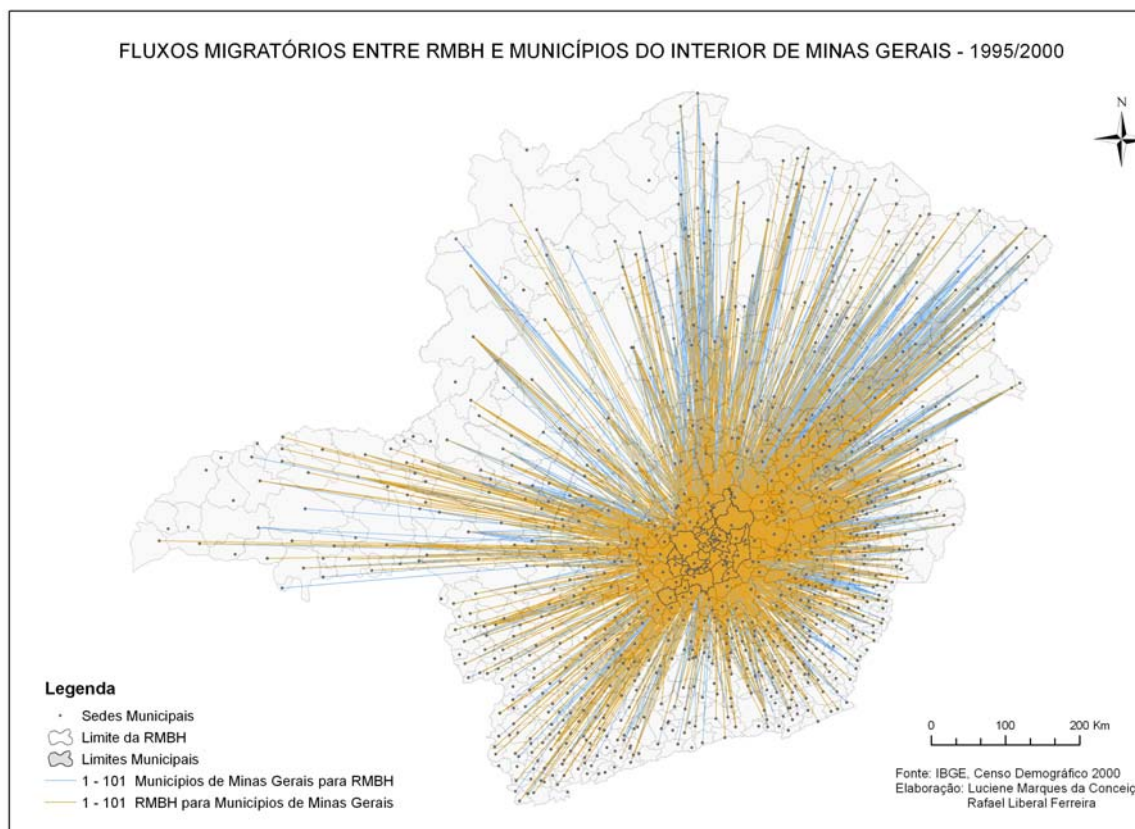


Figura 3: Fluxos Migratórios entre RMBH e Municípios do Interior de Minas Gerais - 1995/2000

Em relação à interação entre os municípios da própria RMBH, Rigotti e Vasconcellos (2003) já haviam notado que, durante o período 1986-1991, os municípios da RMBH que mais receberam imigrantes do restante da região foram, por ordem de magnitude, Contagem (40,4 mil), Ribeirão das Neves (29,5 mil), Betim (23,0 mil), Santa Luzia (17,2 mil), Ibirité (16,2 mil), Belo Horizonte (8,6 mil) e Vespasiano (8,4 mil). Foram portanto, ou municípios com grande participação do setor industrial, ou aqueles com maior oferta de moradias populares.

O destaque de Belo Horizonte deve-se muito mais ao seu papel de emissor de pessoas para os demais municípios da RMBH. De fato, no período 1986-1991, mais de 120 mil indivíduos que mudaram de município de residência dentro da RMBH tiveram origem na capital, constituindo 71% deste total. No período seguinte não ocorreram alterações substanciais e Belo Horizonte continuou sendo o local de origem da maioria dos emigrantes que migraram dentro da RMBH. Deste total, cerca de 140 mil pessoas, 62% residiam originariamente em Belo Horizonte.

As Figuras 4 e 5 revelam a intensidade das trocas migratórias entre os municípios metropolitanos para os dois períodos considerados. Esta interação entre os

municípios foi mensurada por meio da soma dos emigrantes e imigrantes de cada par de municípios. A visualização de ambos mostra que a densidade dos fluxos é maior no centro da RMBH, decrescendo no entorno. Evidentemente, os mapas apontam para a primazia das trocas de Belo Horizonte com os outros municípios integrantes da região metropolitana.

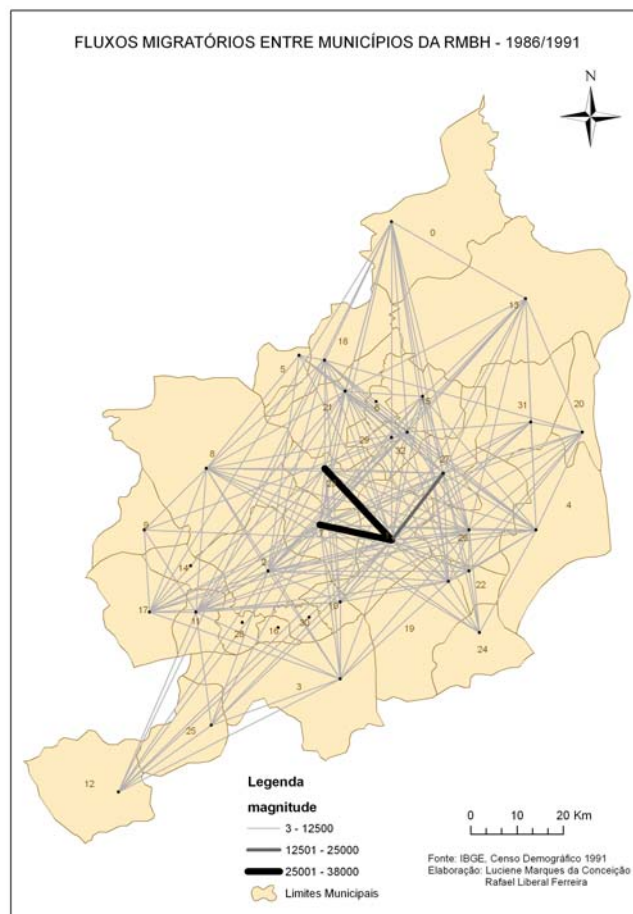


Figura 4: Fluxos Migratórios entre Municípios da RMBH – 1986/1991

Como pode ser observado na Figura 4, durante o primeiro período, a interação migratória foi especialmente forte entre Belo Horizonte e os municípios de Contagem e Ribeirão das Neves. Pode-se dizer que estas foram as primeiras extensões a realmente formarem um complexo conurbado na RMBH, com extensão de 171,43 km² (RIGOTTI e RODRIGUES, 1994 *apud* MATOS, 1984). Contagem tem um papel importante como município industrial, ao passo que o crescimento populacional de Ribeirão das Neves, como um prolongamento de Venda Nova, distrito ao norte da capital, apresentou excepcional incremento principalmente devido ao fato de que lá se concentrou a maior parte, 45%, da oferta de novos loteamentos populares da RMBH durante os anos 1970

(MATOS, 1984). É importante relembrar a maioria da população ocupada de Ribeirão das Neves era composta por empregados no setor de serviços pessoais, comércio e construção civil. Ainda que com menor intensidade, o município de Santa Luzia também experimentou trocas migratórias significativas, em grande parte devido à entrada de imigrantes procedentes de Belo Horizonte.

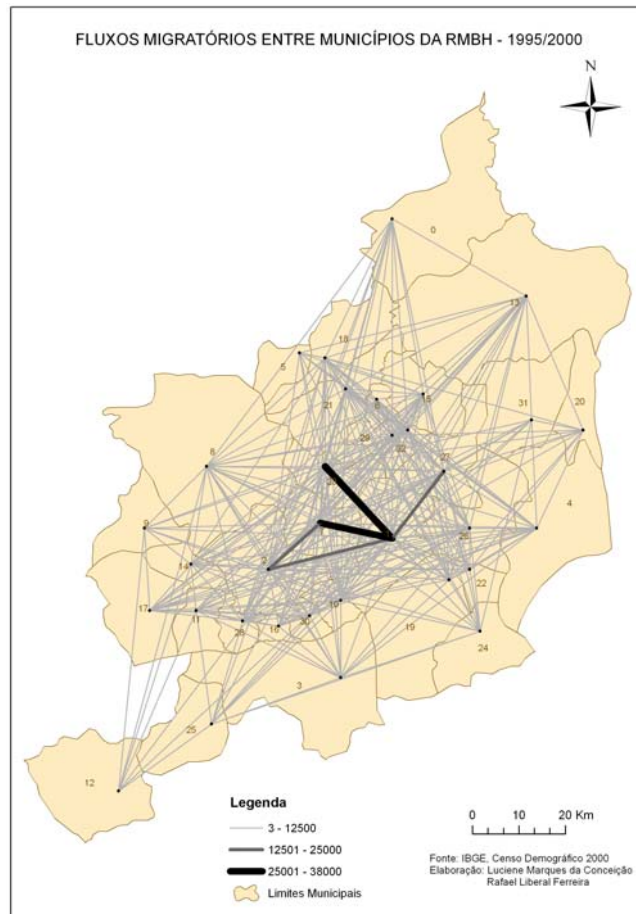


Figura 5: Fluxos Migratórios entre Municípios da RMBH – 1995/2000

A Figura 5 mostra o forte adensamento da interação migratória entre os municípios no segundo período, comparado ao quinquênio 1986-1991. Realmente, nos anos 1990 ocorre uma grande intensificação das trocas migratórias. Destacam-se, primariamente, as interações Belo Horizonte-Contagem e Belo Horizonte-Ribeirão das Neves, já delineadas no período anterior. Secundariamente, há a continuidade da interação Belo Horizonte-Santa Luzia e delineiam-se duas novas relações, as que integram Belo Horizonte e Betim e Contagem e Betim.

Enfim, nota-se que o pólo, Belo Horizonte, possui um forte intercâmbio com os municípios conurbados e mais populosos. Por exemplo, Contagem, Ribeirão das Neves

e Santa Luzia apresentaram grande inter-relação com a capital, justificando sua categorização entre aqueles de alto grau de integração. Por outro lado, Betim, que apesar da proximidade geográfica e tamanho da população, não se enquadrava entre os municípios de grande interação com Belo Horizonte no primeiro quinquênio analisado, reforça significativamente este papel, no período seguinte. Aqueles municípios de baixa ou muito baixa integração estão, em geral, na área limítrofe da região metropolitana, são relativamente menos povoados e com maior presença de população rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RMBH tem passado, assim como outras metrópoles mais antigas, por mudanças significativas de seu padrão demográfico. Foi nestas grandes áreas urbanas que a fecundidade iniciou seu acelerado processo de declínio, contribuindo para a diminuição do crescimento vegetativo. Porém, a força deste componente demográfico era contrabalançada pelos saldos migratórios positivos. De fato, Belo Horizonte era a principal área de destino para aqueles migrantes que não deixavam o próprio estado em direção à São Paulo, Rio de Janeiro ou áreas de fronteira agrícola-mineral. Este quadro começa a experimentar alterações na década de 1970, quando municípios de Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Ibirité e Santa Luzia, passam por um vertiginoso crescimento populacional, recebendo, em grande parte, os emigrantes do estado e da capital. Pode-se dizer que este é um processo inacabado, pois outras localidades, como Esmeraldas, também sofrem um intenso incremento em sua população.

De uma forma ou de outra, a (re)distribuição da população dentro da área metropolitana é comandada pelos fluxos com a capital. Em um primeiro momento, as áreas mais próximas e receptoras do investimento industrial, como Contagem e Santa Luzia, foram aquelas que mais interagiam com Belo Horizonte. Outros municípios serviam de residência para os trabalhadores, principalmente da capital, como Ribeirão das Neves e Vespasiano e, mais recentemente, Esmeraldas. Somado ao alto crescimento de Betim, especialmente na última década, estes fenômenos resultaram na intensificação entre os fluxos populacionais dos municípios da RMBH, principalmente entre os mais próximos de Belo Horizonte e mais populosos. Este trabalho procurou contextualizar esta nova realidade, chamando a atenção para as mudanças recentes da dinâmica demográfica. As tendências aqui identificadas sugerem que as políticas urbanas –

transporte público, assistência à saúde, violência, por exemplo – certamente continuarão sofrendo as conseqüências da maior densidade e mobilidade populacionais, constituindo um desafio contínuo para as políticas urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERQUÓ, E. e CAVENAGHI, S. Fecundidade em Declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. Novos Estudos - CEBRAP, v.74, p.11-15. 2006.

BRITO, F. Belo Horizonte no Século XXI - módulo 7, parte 2. CEDEPLAR. Belo Horizonte. 2004.

CAMARGO, A. B. M. e L. M. YAZAKI. A fecundidade recente em São Paulo: abaixo dos níveis de reposição? XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Ouro Preto, MG, 2002.

CARVALHO, J. A.M e CAMPOS, M.B. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. *In: Estudos Avançados: Dossiê Migrações*. São Paulo: USP. v20, nº57, p55-58. 2006.

CUNHA, J. M. P. Redistribuição Espacial da População: Tendências e Trajetória. São Paulo em Perspectiva, v.17, n.3-4, p.218-233. 2003.

MARTINE, G. e DINIZ, C.C. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de Economia Política**. São Paulo : Brasiliense, v.11, n.3 (43), p. 121-134, jul./set. 1991.

MATOS, R. E. S. Impactos da legislação urbanística sobre a estrutura urbana de Belo Horizonte: um estudo de caso. Belo Horizonte, 1984, 217 p. Dissertação (mestrado) - CEDEPLAR/FACE/UFMG.

MATOS, R. E. S., C. F. LIMA, *et al.* Dispersão Demográfica nas Periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte. IV Encontro Nacional sobre Migrações. Rio de Janeiro, 2005. p.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias”, 2004.

RIGOTTI, J.I.R. Técnicas de mensuração das migrações: aplicações aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese de doutorado em Demografia. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1999. 142p.

RIGOTTI, J.I.R e RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na região Metropolitana de Belo Horizonte IX. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG, 1994.

RIGOTTI, J.I.R. e VASCONCELLOS, I.R.P. As Migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte no limiar do século XXI. *In: MENDONÇA, J.G. e GODINHO, M.H.L.(org).* População espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

RIOS NETO, E. Passado, presente e futuro: uma visão de idade, período e coorte. Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2. 2000.

SIMÕES, C. C. D. S. Perfis de Saúde e de Mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília, p.141. 2002

¹ De acordo com metodologia desenvolvida no âmbito do Observatório das Metrôpoles (2003), foi os municípios metropolitanos brasileiros foram categorizados segundo o nível de integração à dinâmica de suas respectivas regiões metropolitanas. Foram utilizados indicadores para o ritmo de crescimento da população (taxa geométrica de crescimento populacional 1991-00), concentração populacional (densidade populacional), integração dos diversos municípios entre si e, em particular, com o pólo (contingente e proporção de pessoas que realizam movimento pendular), e o perfil da ocupação dos trabalhadores (proporção de trabalhadores não-agrícolas). Além desses, foram consideradas a presença de funções específicas à circulação de pessoas e mercadorias, como a localização de portos e aeroportos, e a capacidade de geração de renda pela economia local, expressa por sua participação no PIB da região. Estas informações foram analisadas por meio de análise de componentes principais e análise fatorial. Os municípios da RMBH, por grau de integração, encontram-se abaixo.

Municípios da RMBH segundo o Grau de Integração à Dinâmica Metropolitana

Grau de Integração	Municípios
Pólo	Belo Horizonte
Muito alto	Betim, Contagem, Ibité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano
Alto	Confins, Esmeraldas, Mário Campos, Sabará, São José da Lapa, Sarzedo
Médio	Caeté, Capim Branco, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, São Joaquim de Bicas
Baixo	Brumadinho, Itaguara, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Rio Acima
Muito baixo	Baldim, Florestal, Jaboticatubas, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas

² Apesar de o número de municípios da RMBH com 100.000 e mais habitantes ter aumento de dois, em 1970, para seis, em 2000, a participação destes municípios na população urbana do país caiu para 4% em 2000.

³ As informações referem-se ao município de residência cinco anos antes da data de referência do Censo Demográfico e o local de residência nesta data.

⁴ Os mapas referentes aos fluxos migratórios envolvendo a RMBH e as unidades da federação, bem como os referentes aos fluxos entre a RMBH e os municípios mineiros não são apresentados.